



DEFENSORIA PÚBLICA DE MATO GROSSO DO SUL

Av. Des. José Nunes da Cunha - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79031-902 - Campo Grande - MS - www.defensoria.ms.def.br

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro predial para os imóveis alugados onde instalam-se as Unidades da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul conforme especificações e quantidades estimadas.

1.2. Fonte dos recursos:

1.2.1. FUNADEP

1.3. O objeto a ser ofertado pelas licitantes está listado abaixo, devendo ser observadas as características e especificações técnicas indicadas no item 04 (quatro) deste Termo de Referência:

	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	UNID.	QUANT.	R\$ TOTAL
1	AMAMBAI –MS IMÓVEL: TIPO COMERCIAL SOBRADO, USADO. LOCALIZADA NA RUA DA REPÚBLICA, Nº 3223, CENTRO, CEP 79740-000. PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES ADMINISTRADORA: IMOBILIÁRIA MUZZI EIRELI	UNID.	1	R\$ 2.348,86
2	AQUIDAUANA-MS, IMÓVEL: TIPO COMERCIAL, USADO LOCALIZADO NA RUA ASSIS RIBEIRO, 711, BAIRRO ALTO, CEP 79200-000 PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES ADMINISTRADOR: JOAREZ JOÃO B. DE MELO	UNID.	1	R\$ 739,04
3	BATAGUASSU-MS IMÓVEL: TIPO COMERCIAL, USADO LOCALIZADO NA RUA RIBAS DO RIO PARDO, 263,CENTRO, CEP 79780-000. PELO PRAZO DE POR 12 MESES ADMINISTRADORA: ZÉLIA BONFIM DAS VIRGENS	UNID.	1	R\$ 672,42
4	CAMPO GRANDE-MS IMÓVEL: TIPO COMERCIAL - SOBRADO. LOCALIZADO NA Rua Sorriso, nº 311, Monte Castelo, CEP 79011-110. - PELO PRAZO DE POR 12 ADMINISTRADORA: FORTES COMÉRCIO E SERVIÇOS	UNID.	1	R\$ 11.982,96
5	CAMPO GRANDE-MS IMÓVEL: TIPO COMERCIAL - SOBRADO. LOCALIZADO NA RUA ANTONIO MARIA COELHO, Nº 1668, CENTRO, CEP 79002-110. PELO PRAZO DE POR 12 MESES ADMINISTRADORA: PORTAL EMPREENDIMENTOS	UNID.	1	R\$ 10.781,66

6	CAMPO GRANDE-MS IMÓVEL: TIPO COMERCIAL - SOBRADO. LOCALIZADO NA RUA RAUL PIRES BARBOSA, Nº 1464, BAIRRO CACHOEIRA, CEP 79040-150. PELO PRAZO DE POR 12 MESES ADMINISTRADORA: RENATO PEREZ	UNID.	1	R\$ 587,56
7	CAMPO GRANDE-MS -ARTHUR JORGE IMÓVEL: TIPO COMERCIAL - SOBRADO. LOCALIZAÇÃO: RUA Dr. ARTHUR JORGE, N.779, LOTE 7X, BAIRRO CENTRO - CAMPO GRANDE - MS, CEP 79002-440. - PRAZO: 12 (DOZE) MESES ADMINISTRADOR: ELM PARTICIPAÇÕES LTDA	UNID.	1	R\$ 8.851,98
8	CASSILÂNDIA-MS - TIPO: IMÓVEL NÃO RESIDENCIAL - LOCALIZAÇÃO: RUA LAUDEMIRO DE FREITAS, 137 - CENTRO, CEP 79540-000. - PRAZO: 12 (DOZE) MESES - ADMINISTRADOR: MEIRE TEREZINHA MOREIRA FILGUEIRAS FIGUEIREDO	UNID.	1	R\$ 581,68
9	CORUMBÁ-MS - IMÓVEL: TIPO COMERCIAL - SOBRADO. - LOCALIZADO NA RUA MAJOR GAMA, Nº 249, CEP 79331-901. - PELO PRAZO DE POR 12 MESES - ADMINISTRADORA: CARLOS AUGUSTO MACHADO	UNID.	1	R\$ 1.040,00
10	DOURADOS-MS - IMÓVEL: NÃO RESIDENCIAL - LOCALIZADO NA RUA FIRMINO VIEIRA DE MATOS, Nº 1297 - VILA PROGRESSO. POR 12 MESES - ADMINISTRADORA: TERRA IMOBILIÁRIA	UNID.	1	R\$ 1.685,24
11	DOURADOS-MS IMÓVEL: NÃO RESIDENCIAL LOCALIZADO NA AV. PRESIDENTE VARGAS, Nº 177, CEP 79804-030. PELO PRAZO DE POR 12 MESES ADMINISTRADORA: IMOBILIÁRIA COLMÉIA LTDA	UNID.	1	R\$ 2.250,92
12	DOURADOS-MS IMÓVEL: NÃO RESIDENCIAL LOCALIZADO NA RUA ALBINO TORRACA, Nº 1255, CENTRO. PELO PRAZO DE POR 12 MESES ADMINISTRADORA: ATHENAS LTDA-ME.	UNID.	1	R\$ 1.646,97
13	IVINHEMA-MS IMÓVEL: TIPO COMERCIAL LOCALIZADO NA RUA JOAQUIM SARAIVA DE FREITAS, 284, CENTRO, CEP 79740-000. PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES ADMINISTRADOR: VALTER PETRELI BRANCO	UNID.	1	R\$ 665,55
14	MARACAJU-MS IMÓVEL: TIPO COMERCIAL- SOBRADO. LOCALIZADO NA RUA LUIS PORTO SOARES, 441 ESQ. COM SENADOR FILINTO MÜLLER, BAIRRO DO PRATA, CEP 79150-000. PELO PRAZO DE POR 12 MESES ADMINISTRADORA: JEAN CLAYSON MARTINS	UNID.	1	R\$ 638,05

15	CAMPO GRANDE-MS IMÓVEL: TIPO COMERCIAL - SOBRADO. LOCALIZADO NA RUA BARÃO DO MELGAÇO. PELO PRAZO DE 12 MESES ADMINISTRADORA: FORTAL EMPREENDIMENTOS.	UNID.	1	R\$ 12.157,90
16	SIDROLÂNDIA-MS IMÓVEL: TIPO COMERCIAL - SOBRADO. LOCALIZADO NA RUA SERGIPE, 986, JARDIM ALFA, CEP 79170-000. PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES ADMINISTRADOR: EDES TADEU PALMAS E LORENY NAVA PALMAS	UNID.	1	R\$ 810,04
17	CAMPO GRANDE – MS IMÓVEL: TIPO COMERCIAL - SOBRADO. LOCALIZADO NA AV. AFONSO PENA, 3.850 - JARDIM DOS ESTADOS, CENTRO 79020-001. PELO PRAZO DE 12 MESES ADMINISTRADORA: T&W GESTÃO DE IMOVEIS LTDA	UNID.	1	R\$ 7.424,07
18	NOVA ANDRADINA -MS - IMÓVEL: TIPO COMERCIAL - SOBRADO. - LOCALIZADA NA RUA LUIS ANTÔNIO DA SILVA, 1482 - CENTRO CEP 79.750-00 - PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES ADMINISTRADORA : TROVATO	UNID.	1	R\$ 1.139,95
19	APARECIDA DO TABOADO - MS IMÓVEL: TIPO COMERCIAL, USADO LOCALIZADO NA RUA VERGÍLIO ANTÔNIO DE CARVALHO DE QUEIROZ, ESQUINA COM A RUA JOSÉ ANTÔNIO DE CARVALHO, N. 1178 - CEP 79031-907 PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES	UNID.	1	R\$ 753,04
20	PONTA PORÃ-MS IMÓVEL: TIPO COMERCIAL - SOBRADO. LOCALIZADO AV. PRESIDENTE VARGAS, 1850, VILA LUIZ CURVO, CENTRO 79904-470. PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES ADMINISTRADOR: SUMICO OUBUTI	UNID.	1	R\$ 4.046,09
TOTAL R\$				R\$ 72.803,98

	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	UNID.	QUANT.	R\$ TOTAL
1	AMAMBAI –MS IMÓVEL: TIPO COMERCIAL SOBRADO, USADO. LOCALIZADA NA RUA DA REPÚBLICA, Nº 3223, CENTRO, CEP 79740-000. PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES ADMINISTRADORA: IMOBILIÁRIA MUZZI EIRELI	UNID.	1	R\$ 2.348,86
2	AQUIDAUANA-MS, IMÓVEL: TIPO COMERCIAL, USADO LOCALIZADO NA RUA ASSIS RIBEIRO, 711, BAIRRO ALTO, CEP 79200-000 PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES ADMINISTRADOR: JOAREZ JOÃO B. DE MELO	UNID.	1	R\$ 739,04

3	BATAGUASSU-MS IMÓVEL: TIPO COMERCIAL, USADO LOCALIZADO NA RUA RIBAS DO RIO PARDO, 263,CENTRO, CEP 79780-000. PELO PRAZO DE POR 12 MESES ADMINISTRADORA: ZÉLIA BONFIM DAS VIRGENS	UNID.	1	R\$ 672,42
4	CAMPO GRANDE-MS IMÓVEL: TIPO COMERCIAL - SOBRADO. LOCALIZADO NA Rua Sorriso, nº 311, Monte Castelo, CEP 79011-110. - PELO PRAZO DE POR 12 ADMINISTRADORA: FORTES COMÉRCIO E SERVIÇOS	UNID.	1	R\$ 11.982,96
5	CAMPO GRANDE-MS IMÓVEL: TIPO COMERCIAL - SOBRADO. LOCALIZADO NA RUA ANTONIO MARIA COELHO, Nº 1668, CENTRO, CEP 79002-110. PELO PRAZO DE POR 12 MESES ADMINISTRADORA: PORTAL EMPREENDIMENTOS	UNID.	1	R\$ 10.781,66
6	CAMPO GRANDE-MS IMÓVEL: TIPO COMERCIAL - SOBRADO. LOCALIZADO NA RUA RAUL PIRES BARBOSA, Nº 1464, BAIRRO CACHOEIRA, CEP 79040-150. PELO PRAZO DE POR 12 MESES ADMINISTRADORA: RENATO PEREZ	UNID.	1	R\$ 2.587,56
7	CAMPO GRANDE-MS -ARTHUR JORGE IMÓVEL: TIPO COMERCIAL - SOBRADO. LOCALIZAÇÃO: RUA Dr. ARTHUR JORGE, N.779, LOTE 7X, BAIRRO CENTRO - CAMPO GRANDE - MS, CEP 79002-440. - PRAZO: 12 (DOZE) MESES ADMINISTRADOR: ELM PARTICIPAÇÕES LTDA	UNID.	1	R\$ 8.851,98
8	CASSILÂNDIA-MS - TIPO: IMÓVEL NÃO RESIDENCIAL - LOCALIZAÇÃO: RUA LAUDEMIRO DE FREITAS, 137 - CENTRO, CEP 79540-000. - PRAZO: 12 (DOZE) MESES - ADMINISTRADOR: MEIRE TEREZINHA MOREIRA FILGUEIRAS FIGUEIREDO	UNID.	1	R\$ 581,68
9	CORUMBÁ-MS - IMÓVEL: TIPO COMERCIAL - SOBRADO. - LOCALIZADO NA RUA MAJOR GAMA, Nº 249, CEP 79331-901. - PELO PRAZO DE POR 12 MESES - ADMINISTRADORA: CARLOS AUGUSTO MACHADO	UNID.	1	R\$ 1.040,00
10	DOURADOS-MS - IMÓVEL: NÃO RESIDENCIAL - LOCALIZADO NA RUA FIRMINO VIEIRA DE MATOS, Nº 1297 - VILA PROGRESSO. POR 12 MESES - ADMINISTRADORA: TERRA IMOBILIÁRIA	UNID.	1	R\$ 1.685,24
11	DOURADOS-MS IMÓVEL: NÃO RESIDENCIAL LOCALIZADO NA AV. PRESIDENTE VARGAS, Nº 177, CEP 79804-030. PELO PRAZO DE POR 12 MESES ADMINISTRADORA: IMOBILIÁRIA COLMÉIA LTDA	UNID.	1	R\$ 2.250,92

12	<p>DOURADOS-MS</p> <p>IMÓVEL: NÃO RESIDENCIAL</p> <p>LOCALIZADO NA RUA ALBINO TORRACA, Nº 1255, CENTRO.</p> <p>PELO PRAZO DE POR 12 MESES</p> <p>ADMINISTRADORA: ATHENAS LTDA-ME.</p>	UNID.	1	R\$ 1.646,97
13	<p>IVINHEMA-MS</p> <p>IMÓVEL: TIPO COMERCIAL</p> <p>LOCALIZADO NA RUA JOAQUIM SARAIVA DE FREITAS, 284, CENTRO, CEP 79740-000.</p> <p>PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES</p> <p>ADMINISTRADOR: VALTER PETRELI BRANCO</p>	UNID.	1	R\$ 665,55
14	<p>MARACAJU-MS</p> <p>IMÓVEL: TIPO COMERCIAL- SOBRADO.</p> <p>LOCALIZADO NA RUA LUIS PORTO SOARES, 441 ESQ. COM SENADOR FILINTO MÜLLER, BAIRRO DO PRATA, CEP 79150-000.</p> <p>PELO PRAZO DE POR 12 MESES</p> <p>ADMINISTRADORA: JEAN CLAYSON MARTINS</p>	UNID.	1	R\$ 638,05
15	<p>CAMPO GRANDE-MS</p> <p>IMÓVEL: TIPO COMERCIAL - SOBRADO.</p> <p>LOCALIZADO NA RUA BARÃO DO MELGAÇO. PELO PRAZO DE 12 MESES</p> <p>ADMINISTRADORA: FORTAL EMPREENDIMENTOS.</p>	UNID.	1	R\$ 12.157,90
16	<p>SIDROLÂNDIA-MS</p> <p>IMÓVEL: TIPO COMERCIAL - SOBRADO.</p> <p>LOCALIZADO NA RUA SERGIPE, 986, JARDIM ALFA, CEP 79170-000.</p> <p>PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES</p> <p>ADMINISTRADOR: EDES TADEU PALMAS E LORENY NAVA PALMAS</p>	UNID.	1	R\$ 810,04
17	<p>CAMPO GRANDE – MS</p> <p>IMÓVEL: TIPO COMERCIAL - SOBRADO.</p> <p>LOCALIZADO NA AV. AFONSO PENA, 3.850 - JARDIM DOS ESTADOS, CENTRO 79020-001.</p> <p>PELO PRAZO DE 12 MESES</p> <p>ADMINISTRADORA: T&W GESTÃO DE IMOVEIS LTDA</p>	UNID.	1	R\$ 7.424,07
18	<p>NOVA ANDRADINA -MS</p> <p>- IMÓVEL: TIPO COMERCIAL - SOBRADO.</p> <p>- LOCALIZADA NA RUA LUIS ANTÔNIO DA SILVA, 1482 - CENTRO CEP 79.750-00</p> <p>- PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES</p> <p>ADMINISTRADORA : TROVATO</p>	UNID.	1	R\$ 1.139,95
19	<p>APARECIDA DO TABOADO - MS</p> <p>IMÓVEL: TIPO COMERCIAL, USADO</p> <p>LOCALIZADO NA RUA VERGÍLIO ANTÔNIO DE CARVALHO DE QUEIROZ, ESQUINA COM A RUA JOSÉ ANTÔNIO DE CARVALHO, N. 1178 - CEP 79031-907</p> <p>PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES</p>	UNID.	1	R\$ 753,04
20	<p>PONTA PORÃ-MS</p> <p>IMÓVEL: TIPO COMERCIAL - SOBRADO.</p> <p>LOCALIZADO AV. PRESIDENTE VARGAS, 1850, VILA LUIZ CURVO, CENTRO 79904-470.</p> <p>PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES</p> <p>ADMINISTRADOR: SUMICO OUBUTI</p>	UNID.	1	R\$ 4.046,09
TOTAL R\$				R\$ 72.803,98

1.4. Os serviços em comento são caracterizados como de natureza continuada,

em analogia ao art. 1º, XXV, da resolução DPGE/MS nº 290, de 27 de setembro de 2022.

1.5. O Prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, conforme estabelecido no art. 105, da Lei 14.133/2021.

2. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1.1. Para desempenhar de maneira plena suas funções, a Defensoria Pública atua hoje em 65 (sessenta e cinco) comarcas do Estado de Mato Grosso do Sul, sendo imprescindível, a locação de imóveis para instalar as unidades de atendimento ou em comarcas menores a cedência de um anexo ao Fórum, isso porque, hodiernamente temos apenas 03 (três) unidades próprias, nas seguintes cidades Coxim, Três Lagoas e Paranaíba.

2.1.2. Conforme estabelecido nos contratos de locação de imóveis, os bens patrimoniais e imóveis alugados pela Defensoria Pública Estadual necessitam de proteção, de forma que cabe à Administração preservar, conservar e mantê-los, às suas expensas, inclusive, contra incêndios, raios, explosões, danos elétricos e outros sinistros, por meio de seguro próprio.

2.1.3. Além disso, o seguro de imóveis proporciona tranquilidade aos gestores da Defensoria Pública, assegurando que eventuais prejuízos financeiros decorrentes de danos ao imóvel locado possam ser cobertos pela seguradora, minimizando os impactos financeiros e garantindo a continuidade das atividades da instituição.

2.1.4. Portanto, a inclusão da cláusula de seguro de imóveis nos contratos de locação da Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul é uma medida estratégica e prudente, visando proteger o patrimônio público e garantir a continuidade dos serviços prestados à população em todas as comarcas do estado.

2.2. JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO ESTIMADO

2.2.1. Para a quantificação, a estimativa deu-se em razão da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul possuir sob sua tutela atualmente o quantitativo de 20 (vinte) imóveis alugados, se tratando de prédios comerciais, conforme pontuado no item 7 do Estudo Técnico-Preliminar.

2.3. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

2.3.1. Observa-se o fato de que toda e qualquer licitação se destina a investigar qual a melhor proposta para a efetivação dos interesses da Administração Pública, com a qualidade necessária e o menor custo possível, balizando-se por normas fundadas sobre princípios que assegurem a competitividade e justo preço, conforme o que determina o inciso II, do Art. 47 da Lei 14.133/2021.

2.3.2. Frisa-se que, o art. 47, § 1º, da Lei n. 14.133/2021 estabelece que as compras efetuadas pela Administração Pública devem ser divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis e ainda, considerar-se-á a busca pela ampliação da competição e evitar a concentração de mercado.

2.3.3. No mesmo sentido a Súmula nº 247 do TCU, vejamos:

2.3.3.1. É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se à essa divisibilidade. (Grifou-se).

2.3.4. Denota-se assim, que para a contratação em comento a licitação em um único lote é a melhor medida a ser adotada, isso porque, a Administração ganha em capacidade

de gestão do contrato, com instrumentos de cobrança efetiva a um único mantenedor do item, com esse cenário existe um único interlocutor/fiscal na gestão dos contratos e um único grupo de itens, propiciando agilidade na resolução de problemas - com economicidade - advindos de sinistros ou outros eventos relacionados ao contrato de fornecimento do objeto.

2.3.5. O objeto foi separado em 1 (um) único grupo de acordo com a sua natureza, garantindo assim uma contratação mais vantajosa técnica e economicamente para a instituição, isso porque, caso seja dividido em vários itens, trará prejuízo para Administração Pública, ocasionando perda de economia de escala, violando assim o princípio da economicidade.

2.3.6. Diante o exposto, a contratação por um único lote neste caso propiciará um gerenciamento eficiente e racionalizado dos recursos públicos, reduzindo as despesas administrativas, evitando a elaboração de um número excessivo de chamadas, homologações, extratos de contrato, além da economicidade de tempo e agilidade na aquisição do objeto solicitado. Ademais, a pesquisa de mercado realizada comprova que diversas empresas fornecem o objeto proposto, não ocasionando restrições na concorrência ou competitividade do certame.

3. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

3.1. A justificativa se dará conforme apresentado no tópico 8 do Estudo Técnico Preliminar:

8. DO LEVANTAMENTO DE MERCADO

8.1. *Foram realizadas pesquisas de mercado a fim de verificar quais as práticas existentes no mercado, bem como aquelas adotadas atualmente pelos órgãos públicos no que tange ao objeto contratual, de forma a aperfeiçoar a contratação desta Defensoria que melhor atenda a Instituição, dentro de padrões orgânicos de razoabilidade e economicidade aceitáveis, face ao art. 18, § 1º, V da Lei 14.133/21.*

8.1.1. *Consulta a contratações similares feitas por outros Órgãos e Entidades Públicas, anexo II:*

ÓRGÃO	MODALIDADE	EMPRESA VENCEDORA	PREÇO MÉDIO DE MERCADO
TRE - PA	PREGÃO – Nº 10/2023	ESSOR SEGUROS S.A.	R\$ 34.870,00
PODER JUDICIÁRIO - TO	PREGÃO – Nº 15/2022	SOMPO SEGUROS S.A.	14.000,00
IFPA	DISPENSA DE LICITAÇÃO – Nº 72/2023	PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO GERAIS	R\$ 3.977,21

8.1.2. *Potenciais fornecedores de prestação de serviço de seguro predial:*

8.1.2.1. *A cotação dos custos dos serviços de seguro predial será conduzida com base no levantamento de fornecedores obtido a partir do Banco de Preços, bem como na análise dos prestadores que outrora apresentaram cotações para a instituição.*

8.1.3. *Estimativa Prévia do valor da contratação - art.18, §1º, VI da lei 14.133/22*

8.1.3.1. A Estimativa Prévia do Valor da Contratação refere-se às obrigações de administração pública, antes de realizar um processo de licitação ou contratação direta, estimar o valor que espera gastar com a aquisição de bens, serviços ou obras. Essa estimativa é fundamental para garantir a transparência e a eficiência nas contratações públicas, pois permite:

a) Planejamento Adequado: A estimativa prévia ajuda a administração pública a planejar suas aquisições, definindo o orçamento disponível e evitando gastos excessivos ou desperdícios de recursos.

b) Concorrência Justa: Ao estimar o valor da contratação com precisão, a administração garante que a licitação atraia empresas interessadas e concorrentes em condições de igualdade, promovendo uma concorrência justa.

c) Controle de Gastos Públicos: A estimativa prévia contribui para o controle dos gastos públicos, pois os órgãos de controle podem verificar se os valores estimados estão de acordo com os preços de mercado e se os recursos públicos estão sendo utilizados de forma eficiente.

d) Transparência: A divulgação da previsão prévia é um requisito de transparência, permitindo que os cidadãos e as empresas tenham acesso às informações sobre os gastos públicos planejados.

8.1.3.2. Dito isso, a Lei Federal 14.133/22 estabelece que a previsão prévia deve ser realizada com base em parâmetros de mercado, considerando preços praticados em compras semelhantes e outras informações relevantes.

8.1.3.3. Portanto, a cotação será realizada e apresentada no Relatório de Cotação, conforme critérios estabelecidos na Lei 14.133/2021 e IN/DPGE Nº 03/2022.

8.2. Das possíveis soluções existentes no mercado

8.2.1. Este Estudo Técnico Preliminar visa, sobremaneira, analisar e escolher qual a solução que melhor responde às necessidades desta Instituição, sob os aspectos legais, técnicos, econômicos e ambientais em relação aos objetos a serem adquiridos.

8.2.2. Das possíveis soluções existentes no mercado:

8.2.2.1. Frise-se que a contratação em tela é cláusula obrigatória em todos os contratos de alugueis dos referidos imóveis, sendo assim, não há em se falar em outra solução.

8.3. Solução técnica escolhida:

a) 8.3.1. Pela descrição da solução apresentada, a contratação de seguro predial é a única medida a ser adotada.

8.3.2. Assim, em função das necessidades institucionais, da natureza da solução, dos riscos envolvidos na contratação e dos custos obtidos no levantamento de preço, recomenda-se a contratação citada no item 8.2.2.1.

4. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E/OU DETALHAMENTO DO OBJETO

4.1.1. O seguro deverá ter garantia de 12 meses, para as seguintes coberturas de cada unidade:

AMAMBUI

base seguro defensoria

	alterar apenas essa coluna
DESCRIÇÃO	A ALTERAR
LOCAL:	AMAMBUI
TIPO:	PORTE PEQUENO (0 - 500 M2)
M2 CONSTRUIDO:	428,98
M2 DA COBERTURA:	295,86
TUMULTOS (PREVISÃO):	1,00
M2 DE VIDROS:	52,17
QTDE. EQUIP. ELETRONICOS (PREVISÃO):	30,00
QTDE. MOBILIÁRIOS (PREVISÃO):	45,00

VALORES DE REFERENCIA PARA SEGURADORA	UNIDADE	PREVISÃO DO CUSTO (R\$)	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
VALOR VENAL	M2	R\$ 2.500,00	428,98	R\$ 1.072.450,00
INCÊNDIO / RAIO / EXPLOÇÃO	M2	R\$ 2.500,00	428,98	R\$ 1.072.450,00
DANOS ELÉTRICOS	M2	R\$ 250,00	428,98	R\$ 107.245,00
IMPACTO DE VEÍCULOS / QUEDA DE AERONAVES	M2	R\$ 750,00	428,98	R\$ 321.735,00
VENDAVAL	M2	R\$ 750,00	295,86	R\$ 221.895,00
TUMULTOS	QTDE	R\$ 12.500,00	1,00	R\$ 12.500,00
QUEBRA DE VIDROS	M2	R\$ 650,00	52,17	R\$ 33.910,50
EQUIPAMENTOS ELETRONICOS	UND.	R\$ 10.000,00	30,00	R\$ 300.000,00
ROUBOS E FURTOS	UND.	R\$ 1.000,00	30,00	R\$ 30.000,00
MOBILIÁRIOS	UND.	R\$ 7.000,00	45,00	R\$ 315.000,00
PREVISÃO				R\$ 3.487.185,50

AQUIDAUANA

base seguro defensoria

	alterar apenas essa coluna
DESCRIÇÃO	A ALTERAR
LOCAL:	AQUIDAUANA
TIPO:	PORTE PEQUENO (0 - 500 M2)
M2 CONSTRUIDO:	256,59
M2 DA COBERTURA:	256,59
TUMULTOS (PREVISÃO):	1,00
M2 DE VIDROS:	19,60
QTDE. EQUIP. ELETRONICOS (PREVISÃO):	12,00
QTDE. MOBILIÁRIOS (PREVISÃO):	20,00

VALORES DE REFERENCIA PARA SEGURADORA	UNIDADE	PREVISÃO DO CUSTO (R\$)	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
VALOR VENAL	M2	R\$ 2.500,00	256,59	R\$ 641.475,00
INCÊNDIO / RAIO / EXPLOÇÃO	M2	R\$ 2.500,00	256,59	R\$ 641.475,00
DANOS ELÉTRICOS	M2	R\$ 250,00	256,59	R\$ 64.147,50
IMPACTO DE VEÍCULOS / QUEDA DE AERONAVES	M2	R\$ 750,00	256,59	R\$ 192.442,50
VENDAVAL	M2	R\$ 750,00	256,59	R\$ 192.442,50
TUMULTOS	QTDE	R\$ 12.500,00	1,00	R\$ 12.500,00
QUEBRA DE VIDROS	M2	R\$ 650,00	19,60	R\$ 12.740,00
EQUIPAMENTOS ELETRONICOS	UND.	R\$ 10.000,00	12,00	R\$ 120.000,00
ROUBOS E FURTOS	UND.	R\$ 1.000,00	12,00	R\$ 12.000,00
MOBILIÁRIOS	UND.	R\$ 7.000,00	20,00	R\$ 140.000,00
PREVISÃO				R\$ 2.029.222,50

alterar apenas essa coluna
DESCRIÇÃO
LOCAL: BATAGUASSU
TIPO: PORTE PEQUENO (0 - 500 M2)
M2 CONSTRUÍDO: 187,08
M2 DA COBERTURA: 187,08
TUMULTOS (PREVISÃO): 1,00
M2 DE VIDROS: 16,84
QTDE. EQUIP. ELETRONICOS (PREVISÃO): 14,00
QTDE. MOBILIÁRIOS (PREVISÃO): 20,00

VALORES DE REFERENCIA PARA SEGURADORA	UNIDADE	PREVISÃO DO CUSTO (R\$)	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
VALOR VENAL	M2	R\$ 2.500,00	187,08	R\$ 467.700,00
INCÊNDIO / RAIO / EXPLOÇÃO	M2	R\$ 2.500,00	187,08	R\$ 467.700,00
DANOS ELÉTRICOS	M2	R\$ 250,00	187,08	R\$ 46.770,00
IMPACTO DE VEÍCULOS / QUEDA DE AERONAVES	M2	R\$ 750,00	187,08	R\$ 140.310,00
VENDAVAL	M2	R\$ 750,00	187,08	R\$ 140.310,00
TUMULTOS	QTDE	R\$ 12.500,00	1,00	R\$ 12.500,00
QUEBRA DE VIDROS	M2	R\$ 650,00	16,84	R\$ 10.946,00
EQUIPAMENTOS ELETRONICOS	UND.	R\$ 10.000,00	14,00	R\$ 140.000,00
ROUBOS E FURTOS	UND.	R\$ 1.000,00	14,00	R\$ 14.000,00
MOBILIÁRIOS	UND.	R\$ 7.000,00	20,00	R\$ 140.000,00

PREVISÃO

R\$ 1.580.236,00

CG-DEPOSITO

base seguro defensoria

alterar apenas essa coluna
DESCRIÇÃO
LOCAL: CAMPO GRANDE (BENS)
TIPO: PORTE MÉDIO (501 - 1000 M2)
M2 CONSTRUÍDO: 779,18
M2 DA COBERTURA: 612,30
TUMULTOS (PREVISÃO): 1,00
M2 DE VIDROS: 55,17
QTDE. EQUIP. ELETRONICOS (PREVISÃO): 5,00
QTDE. MOBILIÁRIOS (PREVISÃO): 12,00

VALORES DE REFERENCIA PARA SEGURADORA	UNIDADE	PREVISÃO DO CUSTO (R\$)	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
VALOR VENAL	M2	R\$ 3.750,00	779,18	R\$ 2.921.925,00
INCÊNDIO / RAIO / EXPLOÇÃO	M2	R\$ 3.750,00	779,18	R\$ 2.921.925,00
DANOS ELÉTRICOS	M2	R\$ 375,00	779,18	R\$ 292.192,50
IMPACTO DE VEÍCULOS / QUEDA DE AERONAVES	M2	R\$ 1.125,00	779,18	R\$ 876.577,50
VENDAVAL	M2	R\$ 1.125,00	612,30	R\$ 688.837,50
TUMULTOS	QTDE	R\$ 18.750,00	1,00	R\$ 18.750,00
QUEBRA DE VIDROS	M2	R\$ 650,00	55,17	R\$ 35.860,50
EQUIPAMENTOS ELETRONICOS	UND.	R\$ 10.000,00	5,00	R\$ 50.000,00
ROUBOS E FURTOS	UND.	R\$ 1.000,00	5,00	R\$ 5.000,00
MOBILIÁRIOS	UND.	R\$ 7.000,00	12,00	R\$ 84.000,00

PREVISÃO

R\$ 7.895.068,00

alterar apenas essa coluna				
DESCRIÇÃO	A ALTERAR			
LOCAL:	CAMPO GRANDE (AMC)			
TIPO:	PORTE GRANDE (+ 1.001 M2)			
M2 CONSTRUIDO:	1961,65			
M2 DA COBERTURA:	1210,77			
TUMULTOS (PREVISÃO):	2,00			
M2 DE VIDROS:	103,26			
QTDE. EQUIP. ELETRONICOS (PREVISÃO):	105,00			
QTDE. MOBILIÁRIOS (PREVISÃO):	124,00			

VALORES DE REFERENCIA PARA SEGURADORA	UNIDADE	PREVISÃO DO CUSTO (R\$)	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
VALOR VENAL	M2	R\$ 5.000,00	1961,65	R\$ 9.808.250,00
INCÊNDIO / RAIO / EXPLOÇÃO	M2	R\$ 5.000,00	1961,65	R\$ 9.808.250,00
DANOS ELÉTRICOS	M2	R\$ 500,00	1961,65	R\$ 980.825,00
IMPACTO DE VEÍCULOS / QUEDA DE AERONAVES	M2	R\$ 1.500,00	1961,65	R\$ 2.942.475,00
VENDAVAL	M2	R\$ 1.500,00	1210,77	R\$ 1.816.155,00
TUMULTOS	QTDE	R\$ 25.000,00	2,00	R\$ 50.000,00
QUEBRA DE VIDROS	M2	R\$ 650,00	103,26	R\$ 67.119,00
EQUIPAMENTOS ELETRONICOS	UND.	R\$ 10.000,00	105,00	R\$ 1.050.000,00
ROUBOS E FURTOS	UND.	R\$ 1.000,00	105,00	R\$ 105.000,00
MOBILIÁRIOS	UND.	R\$ 7.000,00	124,00	R\$ 868.000,00

PREVISÃO R\$ 27.496.074,00

CG - 2 INST

base seguro defensoria

alterar apenas essa coluna				
DESCRIÇÃO	A ALTERAR			
LOCAL:	CAMPO GRANDE (2ª INST)			
TIPO:	PORTE GRANDE (+ 1.001 M2)			
M2 CONSTRUIDO:	2451,62			
M2 DA COBERTURA:	490,60			
TUMULTOS (PREVISÃO):	1,00			
M2 DE VIDROS:	307,57			
QTDE. EQUIP. ELETRONICOS (PREVISÃO):	98,00			
QTDE. MOBILIÁRIOS (PREVISÃO):	126,00			

VALORES DE REFERENCIA PARA SEGURADORA	UNIDADE	PREVISÃO DO CUSTO (R\$)	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
VALOR VENAL	M2	R\$ 5.000,00	2451,62	R\$ 12.258.100,00
INCÊNDIO / RAIO / EXPLOÇÃO	M2	R\$ 5.000,00	2451,62	R\$ 12.258.100,00
DANOS ELÉTRICOS	M2	R\$ 500,00	2451,62	R\$ 1.225.810,00
IMPACTO DE VEÍCULOS / QUEDA DE AERONAVES	M2	R\$ 1.500,00	2451,62	R\$ 3.677.430,00
VENDAVAL	M2	R\$ 1.500,00	490,60	R\$ 735.900,00
TUMULTOS	QTDE	R\$ 25.000,00	1,00	R\$ 25.000,00
QUEBRA DE VIDROS	M2	R\$ 650,00	307,57	R\$ 199.920,50
EQUIPAMENTOS ELETRONICOS	UND.	R\$ 10.000,00	98,00	R\$ 980.000,00
ROUBOS E FURTOS	UND.	R\$ 1.000,00	98,00	R\$ 98.000,00
MOBILIÁRIOS	UND.	R\$ 7.000,00	126,00	R\$ 882.000,00

PREVISÃO R\$ 32.340.260,50

DESCRIÇÃO	alterar apenas essa coluna			
	A ALTERAR			
	LOCAL:	CAMPO GRANDE (BELMAR)		
	TIPO:	PORTE GRANDE (+ 1.001 M2)		
	M2 CONSTRUIDO:	1556,43		
	M2 DA COBERTURA:	275,24		
	TUMULTOS (PREVISÃO):	1,00		
	M2 DE VIDROS:	161,28		
	QTDE. EQUIP. ELETRÔNICOS (PREVISÃO):	112,00		
	QTDE. MOBILIÁRIOS (PREVISÃO):	127,00		

VALORES DE REFERENCIA PARA SEGURADORA	UNIDADE	PREVISÃO DO CUSTO (R\$)	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
VALOR VENAL	M2	R\$ 5.000,00	1556,43	R\$ 7.782.150,00
INCÊNDIO / RAIO / EXPLOÇÃO	M2	R\$ 5.000,00	1556,43	R\$ 7.782.150,00
DANOS ELÉTRICOS	M2	R\$ 500,00	1556,43	R\$ 778.215,00
IMPACTO DE VEÍCULOS / QUEDA DE AERONAVES	M2	R\$ 1.500,00	1556,43	R\$ 2.334.645,00
VENDAVAL	M2	R\$ 1.500,00	275,24	R\$ 412.860,00
TUMULTOS	QTDE	R\$ 25.000,00	1,00	R\$ 25.000,00
QUEBRA DE VIDROS	M2	R\$ 650,00	161,28	R\$ 104.832,00
EQUIPAMENTOS ELETRONICOS	UND.	R\$ 10.000,00	112,00	R\$ 1.120.000,00
ROUBOS E FURTOS	UND.	R\$ 1.000,00	112,00	R\$ 112.000,00
MOBILIÁRIOS	UND.	R\$ 7.000,00	127,00	R\$ 889.000,00

PREVISÃO R\$ 21.340.852,00

DESCRIÇÃO	alterar apenas essa coluna			
	A ALTERAR			
	LOCAL:	CAMPO GRANDE (BARÃO)		
	TIPO:	PORTE GRANDE (+ 1.001 M2)		
	M2 CONSTRUIDO:	2644,00		
	M2 DA COBERTURA:	1392,35		
	TUMULTOS (PREVISÃO):	1,00		
	M2 DE VIDROS:	200,82		
	QTDE. EQUIP. ELETRÔNICOS (PREVISÃO):	84,00		
	QTDE. MOBILIÁRIOS (PREVISÃO):	96,00		

VALORES DE REFERENCIA PARA SEGURADORA	UNIDADE	PREVISÃO DO CUSTO (R\$)	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
VALOR VENAL	M2	R\$ 5.000,00	2644,00	R\$ 13.220.000,00
INCÊNDIO / RAIO / EXPLOÇÃO	M2	R\$ 5.000,00	2644,00	R\$ 13.220.000,00
DANOS ELÉTRICOS	M2	R\$ 500,00	2644,00	R\$ 1.322.000,00
IMPACTO DE VEÍCULOS / QUEDA DE AERONAVES	M2	R\$ 1.500,00	2644,00	R\$ 3.966.000,00
VENDAVAL	M2	R\$ 1.500,00	1392,35	R\$ 2.088.525,00
TUMULTOS	QTDE	R\$ 25.000,00	1,00	R\$ 25.000,00
QUEBRA DE VIDROS	M2	R\$ 650,00	200,82	R\$ 130.533,00
EQUIPAMENTOS ELETRONICOS	UND.	R\$ 10.000,00	84,00	R\$ 840.000,00
ROUBOS E FURTOS	UND.	R\$ 1.000,00	84,00	R\$ 84.000,00
MOBILIÁRIOS	UND.	R\$ 7.000,00	96,00	R\$ 672.000,00

PREVISÃO R\$ 25.568.058,00

alterar apenas essa coluna
DESCRIÇÃO
LOCAL: CAMPO GRANDE (AF. PENAL)
TIPO: PORTE GRANDE (+ 1.000 M2)
M2 CONSTRUIDO: 1118,94
M2 DA COBERTURA: 426,43
TUMULTOS (PREVISÃO): 1,00
M2 DE VIDROS: 70,55
QTDE. EQUIP. ELETRONICOS (PREVISÃO): 42,00
QTDE. MOBILIÁRIOS (PREVISÃO): 52,00

VALORES DE REFERENCIA PARA SEGURADORA	UNIDADE	PREVISÃO DO CUSTO (R\$)	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
VALOR VENAL	M2	R\$ 5.000,00	1118,94	R\$ 5.594.700,00
INCÊNDIO / RAIO / EXPLOÇÃO	M2	R\$ 5.000,00	1118,94	R\$ 5.594.700,00
DANOS ELÉTRICOS	M2	R\$ 500,00	1118,94	R\$ 559.470,00
IMPACTO DE VEÍCULOS / QUEDA DE AERONAVES	M2	R\$ 1.500,00	1118,94	R\$ 1.678.410,00
VENDAVAL	M2	R\$ 1.500,00	426,43	R\$ 639.645,00
TUMULTOS	QTDE	R\$ 25.000,00	1,00	R\$ 25.000,00
QUEBRA DE VIDROS	M2	R\$ 650,00	70,55	R\$ 45.857,50
EQUIPAMENTOS ELETRONICOS	UND.	R\$ 10.000,00	42,00	R\$ 420.000,00
ROUBOS E FURTOS	UND.	R\$ 1.000,00	42,00	R\$ 42.000,00
MOBILIÁRIOS	UND.	R\$ 7.000,00	52,00	R\$ 364.000,00

PREVISÃO R\$ 14.963.782,50

CASSILANDIA

base seguro defensoria

alterar apenas essa coluna
DESCRIÇÃO
LOCAL: CASSILANDIA
TIPO: PORTE PEQUENO (0 - 500 M2)
M2 CONSTRUIDO: 170,25
M2 DA COBERTURA: 170,25
TUMULTOS (PREVISÃO): 1,00
M2 DE VIDROS: 14,24
QTDE. EQUIP. ELETRONICOS (PREVISÃO): 10,00
QTDE. MOBILIÁRIOS (PREVISÃO): 16,00

VALORES DE REFERENCIA PARA SEGURADORA	UNIDADE	PREVISÃO DO CUSTO (R\$)	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
VALOR VENAL	M2	R\$ 2.500,00	170,25	R\$ 425.625,00
INCÊNDIO / RAIO / EXPLOÇÃO	M2	R\$ 2.500,00	170,25	R\$ 425.625,00
DANOS ELÉTRICOS	M2	R\$ 250,00	170,25	R\$ 42.562,50
IMPACTO DE VEÍCULOS / QUEDA DE AERONAVES	M2	R\$ 750,00	170,25	R\$ 127.687,50
VENDAVAL	M2	R\$ 750,00	170,25	R\$ 127.687,50
TUMULTOS	QTDE	R\$ 12.500,00	1,00	R\$ 12.500,00
QUEBRA DE VIDROS	M2	R\$ 650,00	14,24	R\$ 9.256,00
EQUIPAMENTOS ELETRONICOS	UND.	R\$ 10.000,00	10,00	R\$ 100.000,00
ROUBOS E FURTOS	UND.	R\$ 1.000,00	10,00	R\$ 10.000,00
MOBILIÁRIOS	UND.	R\$ 7.000,00	16,00	R\$ 112.000,00

PREVISÃO R\$ 1.392.943,50

alterar apenas essa coluna
DESCRIÇÃO
LOCAL: CORUMBA
TIPO: PORTE PEQUENO (0 - 500 M2)
M2 CONSTRUIDO: 365,43
M2 DA COBERTURA: 253,15
TUMULTOS (PREVISÃO): 1,00
M2 DE VIDROS: 29,67
QTDE. EQUIP. ELETRONICOS (PREVISÃO): 23,00
QTDE. MOBILIÁRIOS (PREVISÃO): 30,00

VALORES DE REFERENCIA PARA SEGURADORA	UNIDADE	PREVISÃO DO CUSTO (R\$)	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
VALOR VENAL	M2	R\$ 2.500,00	365,43	R\$ 913.575,00
INCÊNDIO / RAIO / EXPLOÇÃO	M2	R\$ 2.500,00	365,43	R\$ 913.575,00
DANOS ELÉTRICOS	M2	R\$ 250,00	365,43	R\$ 91.357,50
IMPACTO DE VEÍCULOS / QUEDA DE AERONAVES	M2	R\$ 750,00	365,43	R\$ 274.072,50
VENDAVAL	M2	R\$ 750,00	253,15	R\$ 189.862,50
TUMULTOS	QTDE	R\$ 12.500,00	1,00	R\$ 12.500,00
QUEBRA DE VIDROS	M2	R\$ 650,00	29,67	R\$ 19.285,50
EQUIPAMENTOS ELETRONICOS	UND.	R\$ 10.000,00	23,00	R\$ 230.000,00
ROUBOS E FURTOS	UND.	R\$ 1.000,00	23,00	R\$ 23.000,00
MOBILIÁRIOS	UND.	R\$ 7.000,00	30,00	R\$ 210.000,00
PREVISÃO				R\$ 2.877.228,00

DO-1CIVEL

base seguro defensoria

alterar apenas essa coluna
DESCRIÇÃO
LOCAL: DOURADOS (CIVIL I)
TIPO: PORTE MÉDIO (501 - 1000 M2)
M2 CONSTRUIDO: 537,60
M2 DA COBERTURA: 537,60
TUMULTOS (PREVISÃO): 1,00
M2 DE VIDROS: 72,00
QTDE. EQUIP. ELETRONICOS (PREVISÃO): 14,00
QTDE. MOBILIÁRIOS (PREVISÃO): 22,00

VALORES DE REFERENCIA PARA SEGURADORA	UNIDADE	PREVISÃO DO CUSTO (R\$)	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
VALOR VENAL	M2	R\$ 3.750,00	537,60	R\$ 2.016.000,00
INCÊNDIO / RAIO / EXPLOÇÃO	M2	R\$ 3.750,00	537,60	R\$ 2.016.000,00
DANOS ELÉTRICOS	M2	R\$ 375,00	537,60	R\$ 201.600,00
IMPACTO DE VEÍCULOS / QUEDA DE AERONAVES	M2	R\$ 1.125,00	537,60	R\$ 604.800,00
VENDAVAL	M2	R\$ 1.125,00	537,60	R\$ 604.800,00
TUMULTOS	QTDE	R\$ 18.750,00	1,00	R\$ 18.750,00
QUEBRA DE VIDROS	M2	R\$ 650,00	72,00	R\$ 46.800,00
EQUIPAMENTOS ELETRONICOS	UND.	R\$ 10.000,00	14,00	R\$ 140.000,00
ROUBOS E FURTOS	UND.	R\$ 1.000,00	14,00	R\$ 14.000,00
MOBILIÁRIOS	UND.	R\$ 7.000,00	22,00	R\$ 154.000,00
PREVISÃO				R\$ 5.816.750,00

alterar apenas essa coluna
DESCRIÇÃO
LOCAL: DOURADOS (CIVIL II)
TIPO: PORTE MÉDIO (501 - 1000 M2)
M2 CONSTRUIDO: 777,04
M2 DA COBERTURA: 414,90
TUMULTOS (PREVISÃO): 1,00
M2 DE VIDROS: 102,85
QTDE. EQUIP. ELETRÔNICOS (PREVISÃO): 38,00
QTDE. MOBILIÁRIOS (PREVISÃO): 46,00

VALORES DE REFERÊNCIA PARA SEGURADORA	UNIDADE	PREVISÃO DO CUSTO (R\$)	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
VALOR VENAL	M2	R\$ 3.750,00	777,04	R\$ 2.913.900,00
INCÊNDIO / RAIO / EXPLOÇÃO	M2	R\$ 3.750,00	777,04	R\$ 2.913.900,00
DANOS ELÉTRICOS	M2	R\$ 375,00	777,04	R\$ 291.390,00
IMPACTO DE VEÍCULOS / QUEDA DE AERONAVES	M2	R\$ 1.125,00	777,04	R\$ 874.170,00
VENDAVAL	M2	R\$ 1.125,00	414,90	R\$ 466.762,50
TUMULTOS	QTDE	R\$ 18.750,00	1,00	R\$ 18.750,00
QUEBRA DE VIDROS	M2	R\$ 650,00	102,85	R\$ 66.852,50
EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS	UND.	R\$ 10.000,00	38,00	R\$ 380.000,00
ROUBOS E FURTOS	UND.	R\$ 1.000,00	38,00	R\$ 38.000,00
MOBILIÁRIOS	UND.	R\$ 7.000,00	46,00	R\$ 322.000,00

PREVISÃO R\$ 8.285.725,00

alterar apenas essa coluna
DESCRIÇÃO
LOCAL: DOURADOS (CRIMINAL)
TIPO: PORTE MÉDIO (501 - 1000 M2)
M2 CONSTRUIDO: 657,83
M2 DA COBERTURA: 348,90
TUMULTOS (PREVISÃO): 1,00
M2 DE VIDROS: 108,79
QTDE. EQUIP. ELETRÔNICOS (PREVISÃO): 35,00
QTDE. MOBILIÁRIOS (PREVISÃO): 47,00

VALORES DE REFERÊNCIA PARA SEGURADORA	UNIDADE	PREVISÃO DO CUSTO (R\$)	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
VALOR VENAL	M2	R\$ 3.750,00	657,83	R\$ 2.466.862,50
INCÊNDIO / RAIO / EXPLOÇÃO	M2	R\$ 3.750,00	657,83	R\$ 2.466.862,50
DANOS ELÉTRICOS	M2	R\$ 375,00	657,83	R\$ 246.686,25
IMPACTO DE VEÍCULOS / QUEDA DE AERONAVES	M2	R\$ 1.125,00	657,83	R\$ 740.058,75
VENDAVAL	M2	R\$ 1.125,00	348,90	R\$ 392.512,50
TUMULTOS	QTDE	R\$ 18.750,00	1,00	R\$ 18.750,00
QUEBRA DE VIDROS	M2	R\$ 650,00	108,79	R\$ 70.713,50
EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS	UND.	R\$ 10.000,00	35,00	R\$ 350.000,00
ROUBOS E FURTOS	UND.	R\$ 1.000,00	35,00	R\$ 35.000,00
MOBILIÁRIOS	UND.	R\$ 7.000,00	47,00	R\$ 329.000,00

PREVISÃO R\$ 7.116.446,00

	alterar apenas essa coluna
DESCRIÇÃO	A ALTERAR
LOCAL:	IVINHEMA
TIPO:	PORTE PEQUENO (0 - 500 M2)
M2 CONSTRUÍDO:	189,24
M2 DA COBERTURA:	189,24
TUMULTOS (PREVISÃO):	1,00
M2 DE VIDROS:	33,40
QTDE. EQUIP. ELETRONICOS (PREVISÃO):	12,00
QTDE. MOBILIÁRIOS (PREVISÃO):	20,00

VALORES DE REFERENCIA PARA SEGURADORA	UNIDADE	PREVISÃO DO CUSTO (R\$)	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
VALOR VENAL	M2	R\$ 2.500,00	189,24	R\$ 473.100,00
INCÊNDIO / RAIO / EXPLOÇÃO	M2	R\$ 2.500,00	189,24	R\$ 473.100,00
DANOS ELÉTRICOS	M2	R\$ 250,00	189,24	R\$ 47.310,00
IMPACTO DE VEÍCULOS / QUEDA DE AERONAVES	M2	R\$ 750,00	189,24	R\$ 141.930,00
VENDAVAL	M2	R\$ 750,00	189,24	R\$ 141.930,00
TUMULTOS	QTDE	R\$ 12.500,00	1,00	R\$ 12.500,00
QUEBRA DE VIDROS	M2	R\$ 650,00	33,40	R\$ 21.710,00
EQUIPAMENTOS ELETRONICOS	UND.	R\$ 10.000,00	12,00	R\$ 120.000,00
ROUBOS E FURTOS	UND.	R\$ 1.000,00	12,00	R\$ 12.000,00
MOBILIÁRIOS	UND.	R\$ 7.000,00	20,00	R\$ 140.000,00

PREVISÃO

R\$ 1.583.580,00

MARACAJU

base seguro defensoria

	alterar apenas essa coluna
DESCRIÇÃO	A ALTERAR
LOCAL:	MARACAJU
TIPO:	PORTE PEQUENO (0 - 500 M2)
M2 CONSTRUÍDO:	220,00
M2 DA COBERTURA:	117,80
TUMULTOS (PREVISÃO):	1,00
M2 DE VIDROS:	20,48
QTDE. EQUIP. ELETRONICOS (PREVISÃO):	12,00
QTDE. MOBILIÁRIOS (PREVISÃO):	19,00

VALORES DE REFERENCIA PARA SEGURADORA	UNIDADE	PREVISÃO DO CUSTO (R\$)	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
VALOR VENAL	M2	R\$ 2.500,00	220,00	R\$ 550.000,00
INCÊNDIO / RAIO / EXPLOÇÃO	M2	R\$ 2.500,00	220,00	R\$ 550.000,00
DANOS ELÉTRICOS	M2	R\$ 250,00	220,00	R\$ 55.000,00
IMPACTO DE VEÍCULOS / QUEDA DE AERONAVES	M2	R\$ 750,00	220,00	R\$ 165.000,00
VENDAVAL	M2	R\$ 750,00	117,80	R\$ 88.350,00
TUMULTOS	QTDE	R\$ 12.500,00	1,00	R\$ 12.500,00
QUEBRA DE VIDROS	M2	R\$ 650,00	20,48	R\$ 13.312,00
EQUIPAMENTOS ELETRONICOS	UND.	R\$ 10.000,00	12,00	R\$ 120.000,00
ROUBOS E FURTOS	UND.	R\$ 1.000,00	12,00	R\$ 12.000,00
MOBILIÁRIOS	UND.	R\$ 7.000,00	19,00	R\$ 133.000,00

PREVISÃO

R\$ 1.699.162,00

alterar apenas essa coluna
DESCRIÇÃO
LOCAL:
TIPO:
M2 CONSTRUIDO:
M2 DA COBERTURA:
TUMULTOS (PREVISÃO):
M2 DE VIDROS:
QTDE. EQUIP. ELETRONICOS (PREVISÃO):
QTDE. MOBILIÁRIOS (PREVISÃO):

VALORES DE REFERENCIA PARA SEGURADORA	UNIDADE	PREVISÃO DO CUSTO (R\$)	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
VALOR VENAL	M2	R\$ 2.500,00	369,58	R\$ 923.950,00
INCÊNDIO / RAIO / EXPLOÇÃO	M2	R\$ 2.500,00	369,58	R\$ 923.950,00
DANOS ELÉTRICOS	M2	R\$ 250,00	369,58	R\$ 92.395,00
IMPACTO DE VEÍCULOS / QUEDA DE AERONAVES	M2	R\$ 750,00	369,58	R\$ 277.185,00
VENDAVAL	M2	R\$ 750,00	181,72	R\$ 136.290,00
TUMULTOS	QTDE	R\$ 12.500,00	1,00	R\$ 12.500,00
QUEBRA DE VIDROS	M2	R\$ 650,00	40,38	R\$ 26.247,00
EQUIPAMENTOS ELETRONICOS	UND.	R\$ 10.000,00	10,00	R\$ 100.000,00
ROUBOS E FURTOS	UND.	R\$ 1.000,00	10,00	R\$ 10.000,00
MOBILIÁRIOS	UND.	R\$ 7.000,00	16,00	R\$ 112.000,00

PREVISÃO R\$ 2.614.517,00

alterar apenas essa coluna
DESCRIÇÃO
LOCAL:
TIPO:
M2 CONSTRUIDO:
M2 DA COBERTURA:
TUMULTOS (PREVISÃO):
M2 DE VIDROS:
QTDE. EQUIP. ELETRONICOS (PREVISÃO):
QTDE. MOBILIÁRIOS (PREVISÃO):

VALORES DE REFERENCIA PARA SEGURADORA	UNIDADE	PREVISÃO DO CUSTO (R\$)	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
VALOR VENAL	M2	R\$ 2.500,00	366,62	R\$ 916.550,00
INCÊNDIO / RAIO / EXPLOÇÃO	M2	R\$ 2.500,00	366,62	R\$ 916.550,00
DANOS ELÉTRICOS	M2	R\$ 250,00	366,62	R\$ 91.655,00
IMPACTO DE VEÍCULOS / QUEDA DE AERONAVES	M2	R\$ 750,00	366,62	R\$ 274.965,00
VENDAVAL	M2	R\$ 750,00	266,63	R\$ 199.972,50
TUMULTOS	QTDE	R\$ 12.500,00	1,00	R\$ 12.500,00
QUEBRA DE VIDROS	M2	R\$ 650,00	158,63	R\$ 103.109,50
EQUIPAMENTOS ELETRONICOS	UND.	R\$ 10.000,00	16,00	R\$ 160.000,00
ROUBOS E FURTOS	UND.	R\$ 1.000,00	16,00	R\$ 16.000,00
MOBILIÁRIOS	UND.	R\$ 7.000,00	22,00	R\$ 154.000,00

PREVISÃO R\$ 2.845.302,00

4.2.1. A empresa Contratada deverá entregar a apólice e/ou documento referente aos imóveis descritos neste Termo de Referência, no prazo de 30 (trinta) dias da efetivação do pagamento do prêmio total do seguro.

(quarenta e oito) horas antes de findar-se o prazo de entrega.

4.2.3. A contratada obriga-se a assegurar, pelo tempo de vigência da apólice, as especificações descritas na Proposta de Preços e neste termo de referência, sendo de sua inteira responsabilidade a correção, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

4.2.4. Serão recusadas as apólices, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam de acordo com o Termo de Referência.

4.2.5. Todas as despesas relativas à execução do objeto licitado, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes do contrato correrão por conta exclusiva da contratada.

4.2.6. Os prédios são compostos pela: edificação no interior dos terrenos, compreendendo instalações elétricas e hidráulicas e demais itens que compõem suas construções (exceto fundações, alicerces e terreno); instalações de combate a incêndio; tubulações; benfeitorias indispensáveis ao funcionamento que integram sua estrutura de construção, bem como seu conteúdo; maquinismo; móveis; utensílios e equipamentos.

4.2.7. Em caso de ocorrência de sinistros será admitida a cobrança de franquia por parte da seguradora, que corresponderá à participação da DPGE/MS no prejuízo decorrente de sinistro, limitada a 10% do valor total dos prejuízos.

4.2.8. Será também admitida a cobrança de franquia mínima por sinistro, não podendo esta exceder aos valores descritos no item anterior.

4.2.9. Em quaisquer casos, a franquia será paga pela DPGE/MS exclusivamente à seguradora contratada.

4.2.10. Dos riscos cobertos:

4.2.10.1. O Seguro consiste na garantia de pagamento de indenização por danos ou prejuízos e deverá compreender as seguintes coberturas:

4.2.10.1.1. Cobertura Básica contra incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, inclusive as decorrentes de tumultos;

4.2.10.1.2. Coberturas Acessórias para danos elétricos, responsabilidade civil, derrame ou vazamento de chuveiros (sprinklers), furto qualificado e roubo de bens, quebra de vidros, alagamento e inundação.

4.2.10.1.3. O Seguro Contra Incêndio deverá cobrir, no mínimo, os riscos derivados de incêndio, explosão, mesmo que decorrentes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros ou de tumultos, e, ainda, raio e suas consequências.

4.2.10.1.4. Se Danos Múltiplos E/Ou Sucessivos forem associados a diversos fatos geradores, sem que haja possibilidade de individualizá-los com respeito àqueles danos, numa relação de causa e efeito perfeitamente definida, O CONJUNTO, FORMADO POR TODOS ELES, SERÁ INTERPRETADO COMO UMA ÚNICA "OCORRÊNCIA".

4.2.11. Na hipótese de sinistro decorrente de risco simultaneamente amparado por várias coberturas, prevalecerá aquela que for mais favorável à CONTRATANTE, a seu critério, não sendo admitida, em hipótese alguma, a acumulação de coberturas e seus respectivos limites máximos de indenização contratados.

4.2.12. Os eventuais desembolsos efetuados pela CONTRATANTE, decorrentes de Despesas de Salvamento durante e/ou após a ocorrência do sinistro e os valores referentes aos danos materiais comprovadamente causados pela CONTRATANTE e/ou terceiros com objetivo de evitar o sinistro, minorar o dano, ou salvaguardar o bem, também estão garantidos pelo presente seguro, limitados, porém, ao limite máximo de indenização da cobertura afetada pelo sinistro, quando não contratada cobertura específica.

4.2.13. O prejuízo total relativo a qualquer sinistro amparado por cobertura de responsabilidade civil, cuja indenização esteja sujeita às disposições deste contrato, será constituído pela soma das seguintes parcelas:

4.2.13.1. Despesas, comprovadamente, efetuadas pelo segurado durante e/ou após a ocorrência de danos a terceiros, com o objetivo de reduzir sua responsabilidade;

4.2.13.2. Valores das reparações estabelecidas em sentença judicial transitada em julgado e/ou por acordo entre as partes, nesta última hipótese com a anuência expressa das sociedades seguradoras envolvidas.

4.2.14. De maneira análoga, o prejuízo total relativo a qualquer sinistro amparado pelas demais coberturas será constituído pela soma das seguintes parcelas:

4.2.14.1. Despesas de salvamento, comprovadamente, efetuadas pelo segurado durante e/ou após a ocorrência do sinistro;

4.2.14.2. Valor referente aos danos materiais, comprovadamente, causados pelo segurado e/ou por terceiros na tentativa de minorar o dano ou salvar a coisa;

4.2.14.3. Danos sofridos pelos bens segurados.

4.2.15. As instalações, itens e respectivos valores estão sujeitos a eventuais alterações em razão de novas aquisições ou desfazimento de bens durante o período da cobertura.

4.2.16. Os bens adquiridos após a assinatura do contrato serão considerados cobertos pela apólice, sem ônus adicional para a contratante.

4.2.17. Os móveis, utensílios, mercadorias, máquinas e equipamentos poderão ser remanejados entre os prédios ou suas dependências pela CONTRATANTE, sem qualquer prejuízo ou adicional à cobertura contratada.

4.3. DO VALOR ESTIMADO DA LICITAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA E DO BENEFÍCIO PREVISTO NA LC 123/2006

4.3.1. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

4.3.1.1. O valor estimado anual para a contratação é de R\$ 72.803,98 (setenta e dois mil oitocentos e três reais e noventa e oito centavos), sendo assim distribuídos:

01 Lote – Valor estimado total - R\$ 72.803,98 (setenta e dois mil oitocentos e três reais e noventa e oito centavos).

4.4. DA FORMALIZAÇÃO DO VALOR MÉDIO EM FASE DE PLANEJAMENTO

4.4.1. O valor médio levantado em fase de planejamento será utilizado neste Termo de Referência, tendo em vista que não houve alteração do objeto, portanto não sendo necessário nova cotação de objeto idêntico.

4.5. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

4.5.1. A classificação orçamentaria será indicada pela Secretaria de Finanças e colacionada aos autos assim que requisitada pela Coordenadoria de Licitações.

4.5.2. No preço total do objeto deverão estar inclusos todos os tributos (impostos, taxas e contribuições), sejam federais, estaduais e municipais, bem como frete, comissões, pessoal, embalagem, seguros, encargos sociais e trabalhistas, assim como demais insumos inerentes que incidam ou venham a incidir sobre o objeto, sejam de quais naturezas forem.

4.5.3. Os preços finais unitários e totais propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar o preço unitário e total estimado pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

4.6. JUSTIFICATIVA PARA APLICAÇÃO OU NÃO DO BENEFÍCIO PREVISTO

4.6.1. A impossibilidade legal das microempresas e empresas de pequeno porte participarem de processo licitatório que visa contratar seguro, está previsto na Lei Complementar nº 123/06, no § 4º do seu art. 3º, vejamos:

Art. 3º.....

“§ 4º. Não se inclui no regime diferenciado e favorecido previsto nesta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica:

[...].

VII - que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar”. (grifei)

5. DA LICITAÇÃO

5.1. MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA

5.1.1. A licitação será processada na modalidade PREGÃO, em sua forma ELETRÔNICA, tendo como critério de julgamento o MENOR PREÇO POR GRUPO (lote), conforme reza o artigo 33, inciso I da Lei 14.133/2021.

5.1.2. O modo de disputa a ser utilizado é o aberto-fechado, de forma conjunta, nos moldes do artigo 56 da Lei 14.133/2021.

5.1.3. A combinação dos parâmetros modalidade de licitação, critério de julgamento e modo de disputa descritos neste Termo de Referência se mostram adequadas e eficientes para seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, uma vez que a licitação se trata de serviços simples, sendo usual utilizar o modo aberto-fechado nas disputas licitatórias desta Instituição, bem como, não há necessidade de sigilo nos valores a serem ofertados, o que gera, neste caso, maior economicidade e concorrência.

5.2. PROPOSTA

5.2.1. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

5.2.1.1. As propostas deverão ter validade de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública a ser estabelecida no preâmbulo do Edital, independente de declaração da licitante.

5.3. CONDIÇÕES DA PROPOSTA

5.3.1. Não serão exigidos documentos adicionais como condição das propostas.

5.4. REQUISITOS ESPECÍFICOS DE HABILITAÇÃO

5.4.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

5.4.1.1. Sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

5.4.2. REQUISITOS DE REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

5.4.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

5.4.2.2. Certidão negativa de débitos perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria 23.2.3. Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

5.4.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

5.4.2.4. Apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;

5.4.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual (artigo 68, inciso II da Lei 14.133/2021);

5.4.2.6. Certidão negativa de débitos perante a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;

5.4.2.7. Certidão negativa de débitos perante a Fazenda Municipal, onde for sediada a empresa, com validade na data da realização da licitação, mediante apresentação de certidões negativas de competência Municipal (artigo 68, inciso III da Lei 14.133/2021), que abranjam todos os débitos de ordem municipal.

5.4.3. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO – FINANCEIRA

5.4.3.1. Em relação aos licitantes que estiverem ou NÃO CADASTRADOS no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF no nível da qualificação econômico-financeira, deverão apresentar a seguinte documentação:

5.4.3.1.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

5.4.3.1.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis DOS DOIS ÚLTIMOS exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

5.4.3.1.2.1. Os documentos referidos no subitem 5.4.3.1.2., limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

5.4.3.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade e/ou balanço de abertura;

5.4.3.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

Ativo Total

SG = Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC = $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

5.4.3.4. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), devem comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou item pertinente, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta de preços, de acordo com o art. 69, § 4º da Lei nº 14.133/2021.

5.4.3.5. Em relação ao índice eleito no subitem 5.4.3.3., para fins de qualificação econômico financeira, em que pese a Lei n. 14.133/2021 não enumerar como obrigatória a observância específica de índices contábeis, a boa prática administrativa impõe a sua previsão, com o intuito de evitar contratação com empresa que não detenha idoneidade financeira ou condições de executar a obrigação a qual ficará sujeita no futuro contrato a ser firmado.

5.4.3.6. Na falta de normativo estadual disciplinando o índice de solvência, a Administração Pública Estadual tem se valido da Instrução Normativa n. 03, de 26 de abril de 2018, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

5.4.3.7. Ademais, a previsão de requisito de habilitação econômico-financeira alternativo está em consonância com o art. 69, §4º e 3º, da Lei n. 14.133/2021, e a Súmula 275, do TCU.

5.4.4. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.4.4.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com as características e quantidades do objeto da licitação, através da apresentação de atestados de desempenho anterior, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação. O (s) atestado(s) deverá (ão) conter: nome empresarial e dados de identificação da instituição emitente (CNPJ, endereço, telefone, fax); local e data de emissão; e nome, cargo, telefone, fax, e-mail e a assinatura do responsável pela veracidade das informações.

5.4.4.2. A exigência de atestado (s) justifica-se para fins de comprovação perante a Administração, por intermédio de um documento subscrito por terceiro alheio à disputa licitatória, de que o licitante já executou o objeto compatível com o licitado em outra oportunidade e que a referida execução foi a contento, o que trará confiança e segurança ao órgão licitador de que o aludido licitante possui a respectiva expertise.

5.4.4.2.1. Marçal Justen Filho enaltece a relevância do atestado ao discorrer que “em todo o tipo de contratação pode cogitar-se da exigência de experiência anterior do licitante como requisito de segurança para a contratação administrativa. Aliás até se pode afirmar que em muitos casos a capacitação técnica operacional se evidencia como a única manifestação de experiência anterior relevante e pertinente”.[\[1\]](#)

5.4.4.3. A apresentação do atestado (s) supracitada, visa demonstrar que o licitante já executou, anteriormente, objetos compatíveis em características com aquele definido e almejado na licitação. A finalidade da norma é clara: resguardar o interesse da Administração - a perfeita execução do objeto da licitação -, procurando-se, com a exigência de demonstração de capacidade, preservar a competição entre aqueles que reúnam condições de executar objeto similar ao licitado.

5.4.4.4. Além do mais há necessidade de apresentação de documentos simples

que atestem a condição da empresa fornecedora em atender às demandas da DPGE/MS, assim a licitante DEVERÁ apresentar documento emitido pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), comprovando regularidade da licitante para operar no mercado de seguros do Brasil.

5.5. DA VISTORIA

5.5.1. Os locais a serem segurados estão disponíveis para vistoria pelas seguradoras interessadas em proceder a inspeção, das 12hrs às 19hrs, de segunda à sexta-feira, em dia de expediente normal;

5.5.1.1. Para a realização da vistoria deverá ser realizado agendamento prévio através de contato com a Secretaria de Gestão Administrativa-DPGE/MS, pelos telefones: (67) 3318-2505 ou (67) 3318-2552.

5.5.2. O fato de a seguradora deixar de realizar a vistoria ora prevista não motiva a descumprir as obrigações pertinentes ao objeto deste Termo de Referência, inclusive quanto à cobertura de equipamentos e de acessórios que por ventura constem nos locais descritos no quadro do subitem 4.1.2. deste documento.

6. DO CONTRATO E APÓLICE

6.1. PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL E PRORROGAÇÃO

6.1.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021 podendo ser prorrogado nos moldes do art. 107 da Lei 14.133/2021.

6.1.2. A vigência da apólice de seguro a ser contratada deverá ter início na data da assinatura do Termo de Contrato.

6.1.3. A apólice a ser contratada poderá ser renovada por iguais e sucessivos períodos, desde que obedecida à vigência decenal na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, conforme o item 6.1.1., do presente instrumento.

6.1.4. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, prorrogável até o limite de 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.5. O prazo de entrega da(s) apólice(s) de seguro é de, no máximo, 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato.

6.1.6. A apólice de seguro deverá conter:

- a) Os dados do objeto assegurado;
- b) O valor do prêmio total - 12 (doze) meses;
- c) A discriminação dos prejuízos indenizáveis e dos direitos segurado.

6.2. PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO OU RETIRADA DO INSTRUMENTO EQUIVALENTE

6.2.1. Após a homologação da licitação, a adjudicatária será convocada para assinatura do termo de contrato no prazo de 07 (sete) dias úteis, contados a partir da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

6.3. REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE

6.3.1. Dentre as recomendações voltadas para sustentabilidade ambiental, os serviços devem apresentar, na medida do possível, as diretrizes sustentáveis estabelecidas no Decreto Federal nº 7.746, de 5 de junho de 2012, tais como menor impacto sobre os recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água, dando preferência a materiais ecologicamente corretos, maior vida útil e menor custo de manutenção, observadas as particularidades e

natureza do serviço.

6.3.2. Em atendimento ao Decreto Federal nº 7.746, de 05 de junho de 2012, a contratada deverá considerar, preferencialmente, os critérios e práticas sustentáveis abaixo listadas:

6.3.2.1. Ter substituído suas apólices de papel enviadas aos segurados por um kit totalmente digital;

6.3.2.2. Disponibilizar cartão eletrônico ao invés de emitir cartões de PVC que demoram décadas para se decompor;

6.3.2.3. Possuir oficinas credenciadas que realizem o descarte sustentável e responsável de peças e resíduos.

6.3.3. Deverá ainda observar os critérios de sustentabilidade ambiental, tendo por fundamento, a Constituição Federal, a Lei Nº 14.133/2021, bem como, a Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

6.4. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

6.4.1. Constituem obrigações da Contratante, além das demais previstas no Edital e seus Anexos ou deles decorrentes:

6.4.1.1. Cumprir os compromissos financeiros assumidos com a Contratada;

6.4.1.2. Fornecer e colocar à disposição da Contratada todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução do objeto;

6.4.1.3. Proporcionar condições para a boa consecução do objeto do Contrato ou instrumento equivalente;

6.4.1.4. Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre as irregularidades observadas no cumprimento do Contrato ou instrumento equivalente;

6.4.1.5. Notificar a Contratada, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

6.4.1.6. Fiscalizar o Contrato ou instrumento equivalente através do setor competente da Contratante;

6.4.1.7. Acompanhar a execução dos serviços efetuados pela Contratada, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajustes ou suspensão.

6.5. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

6.5.1. Constituem obrigações da Contratada, além das demais previstas no Edital e seus Anexos ou deles decorrentes:

6.5.2. Prestar os serviços contratados, no prazo proposto e em conformidade com as especificações exigidas no Edital e seus Anexos.

6.5.3. Somente divulgar informações acerca dos objetos do contrato que envolva o nome da contratante mediante sua prévia e expressa autorização.

6.5.4. Manter, durante a execução do contrato ou instrumento equivalente, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.5.5. Instruir o fornecimento dos objetos do contrato ou instrumento equivalente com as notas fiscais correspondentes, juntando cópia da solicitação de entrega e do comprovante do respectivo recebimento.

6.5.6. Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.

6.5.7. Assumir com exclusividade todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto do contrato ou instrumento equivalente, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado, inclusive quanto ao transporte interno dos bens.

6.5.8. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, conforme artigo 125 da Lei 14.133/2021 e demais legislações correlatas.

6.5.9. Responder perante a Contratante e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, sob a sua responsabilidade ou por erro da execução deste contrato.

6.5.10. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas para a Contratante.

6.5.11. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como se obrigar por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venha a ser atribuída por força de lei, relacionadas com o cumprimento do Contrato.

6.5.12. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os Arts. 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990).

6.5.13. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato ou instrumento equivalente.

6.6. PREVISÃO E CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL

6.6.1 Não haverá exigência da garantia contratual da execução ([art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#)), pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar e considerando os baixos riscos identificados.

6.7. JUSTIFICATIVA PARA VEDAÇÃO DA SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO

6.7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

6.8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E ROTINA DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

6.8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

6.8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.8.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

6.8.4. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

6.8.4.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa

designar outro para o exercício da atividade.

6.8.5. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.8.6. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

6.8.7. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

7. DOS CRITÉRIOS E PRAZOS PARA PAGAMENTO

7.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto do Contrato, será efetuado em parcela única mediante crédito em conta corrente, no prazo de até 10 (dez) dias, após a apresentação do recibo de pagamento e/ou documento equivalente, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 140, inciso I, alínea "b", da Lei nº 14.133/2021 e alterações, bem como previsão da Circular Susep nº 624 de 22 de março de 2021, alterada pela Circular Susep nº 644, de 20 de setembro de 2021.

7.2. A Contratada, durante toda a execução do contrato, deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no contrato.

7.3. Constatada a situação de irregularidade em quaisquer das certidões da Contratada, a mesma será notificada, por escrito, sem prejuízo do pagamento pelo objeto já executado, para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, em processo administrativo instaurado para esse fim específico.

7.4. O prazo para regularização ou encaminhamento de defesa de que trata o subitem 7.3 poderá ser prorrogado uma vez e por igual período, a critério da Contratante.

7.5. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista quanto à inadimplência do fornecedor, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Administração, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.6. Persistindo a irregularidade, a Contratante, em decisão fundamentada, deverá aplicar a penalidade cabível nos autos do processo administrativo correspondente.

7.7. Não será efetuado qualquer pagamento à empresa Contratada enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

7.7.1. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da Contratada.

7.8. O documento de cobrança da Contratada será mediante nota fiscal/fatura.

7.9. Caso se constate erro ou irregularidade na nota fiscal/fatura, a Contratante, a seu critério, poderá devolvê-la para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida, nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

7.10. Na hipótese de devolução, a nota fiscal/fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

7.11. No caso de atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela contratante encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

7.12. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos moratórios devidos;

N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e

VP = Valor da prestação em atraso.

I = (TX)

I = (6/100)/365

I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6% (seis por cento)

7.13. A Contratante não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

7.14. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela Contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

7.15. A Contratante efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à Contratada.

7.16. A Defensoria Pública Estadual, é isenta de IOF, conforme disposto no §3º, do art. 2º, do Decreto n. 6.306, de 14 de dezembro de 2007.

7.17. As despesas com deslocamento de pessoal da Contratada ou de seus representantes serão de sua exclusividade responsabilidade.

8. DO REAJUSTE

8.1. Os preços serão fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas, após o que poderão sofrer reajuste aplicando-se o índice previsto no instrumento contratual exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.1.1. O valor constante da nota fiscal/fatura, quando da sua apresentação, não sofrerá qualquer atualização monetária até o efetivo pagamento.

8.2. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.3. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.4. Eventual reajuste dos preços, está submetido às condições de periodicidade de 12 (doze) meses e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

8.4.1. O Reajuste se dará após 12(doze) meses, contados de ____/____/2024, da de apuração do valor estimado pela administração.

8.5. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8.6. O prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, será de 30(trinta) dias, a contar da data do recebimento pela administração.

8.7. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, 30(trinta) dias, a contar da data do recebimento pela administração.

9. DAS SANÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS APLICÁVEIS À CONTRATAÇÃO

9.1. SANÇÕES A SEREM APLICADAS NA FASE DE LICITAÇÃO

9.1.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a licitante ou a adjudicatária que:

9.1.1.1. Convocada dentro do prazo de validade da proposta, não comparecer para assinar o instrumento contratual ou para retirar a Ordem de Fornecimento e respectiva nota de empenho;

9.1.1.2. Deixar de entregar documentação exigida durante a licitação ou para fins de assinatura do contrato, inclusive a garantia da proposta ou de execução contratual;

9.1.1.3. As demais disposições sobre sanções administrativas aplicáveis durante a licitação e aquelas praticadas no período situado entre a adjudicação e a assinatura do instrumento contratual serão previstas no Edital do presente certame.

9.2. SANÇÕES A SEREM APLICADAS NA EXECUÇÃO DO CONTRATO

9.2.1. Com fundamento nos 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, nos casos de retardamento, de falha na execução do contrato ou de inexecução total do objeto a contratada poderá ser apenada, isoladamente ou juntamente com as multas definidas nos artigos supracitados, com as seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa

c) Impedimento de licitar ou contratar

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

e) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, por prazo não superior a dois anos;

f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior; ou

g) Impedimento de licitar e contratar com a DPGE/MS e descredenciamento no Cadastro Central de Fornecedores da Defensoria Pública Geral do Estado de Mato Grosso do Sul - pelo prazo de até cinco anos.

9.2.2. No caso de inexecução total ou parcial do objeto, a contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 10% (dez por cento) do valor do contrato.

9.2.3. No caso de descumprimento do prazo estabelecido para a execução do contrato ou instrumento equivalente, sem que haja justificativa aceita pela Contratante, a Contratada ficará sujeita à multa de 1% (um por cento) do valor empenhado, por dia de atraso,

limitado à 10% (dez por cento). Após trinta dias de atraso, a Contratante poderá reconhecer a inexecução parcial ou total do contrato.

9.2.4. Em caso de subcontratação não autorizada, será aplicada multa de até 10% (dez por cento) do valor do contrato. A reincidência por uma vez de subcontratação não autorizada configurará inexecução parcial do contrato e ensejará a aplicação de multa de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

9.2.5. Por infração a qualquer outra cláusula do Edital e seus Anexos, não prevista nos subitens anteriores, poderão ser aplicadas, isolada ou cumulativamente com outras sanções, inclusive a rescisão contratual, se for o caso:

I - Advertência, no caso de infrações leves;

II - Multa de até 10% (dez por cento):

a) Sobre o valor do item do qual participou a licitante, se a infração ocorrer durante a licitação;

b) Sobre o valor do contrato, se a infração for ao contrato.

9.2.6. As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado à licitante o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.

9.2.7. Quaisquer multas aplicadas deverão ser recolhidas junto ao órgão competente no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados de sua publicação no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, podendo, ainda, ser descontadas de qualquer fatura ou crédito existente, a critério da licitante.

9.2.8. Esgotados os meios administrativos para cobrança do seu valor à licitante, a multa será inscrita em dívida ativa.

9.2.9. A aplicação das sanções previstas no artigo 156 da Lei supracitada não exclui a possibilidade de aplicação de outras constantes da legislação que rege o tema, inclusive a responsabilização da licitante por eventuais perdas e danos causados à Administração Pública.

9.2.10. As sanções serão registradas no SICAF.

9.3. SANÇÕES A SEREM APLICADAS DURANTE A CONTRATAÇÃO

9.3.1. Com fundamento no artigo 50 do Decreto n.º 15.327/2019 do Estado de Mato Grosso do Sul, ficará impedida de licitar e contratar com a DPGE/MS, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação de multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do item e das demais cominações legais, garantindo o direito à ampla defesa, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta:

a) Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

b) Não entregar a documentação exigida no edital;

c) Apresentar documentação falsa;

d) Causar atraso na execução do objeto;

e) Não manter a proposta;

f) Falhar na execução do contrato;

g) Fraudar a execução do contrato;

h) Comportar-se de modo inidôneo;

i) Declarar informações falsas; e

j) Cometer fraude fiscal.

9.3.2 Para fins do disposto

no subitem 9.3.1., alínea "h", reputar-se-ão inidôneos atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame, tais como a fraude ou frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório, ação em conluio ou em desconformidade com a lei, indução deliberada a erro no julgamento, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinada a prejudicar a veracidade de seu teor original, constituindo-se como exemplos as condutas tipificadas nos artigos na Lei n.º 14.133/2021

10. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

10.1. Os objetos dessa licitação são classificados como bens comuns, pois possuem especificações usuais de mercado e padrões de qualidade definidas em Edital, nos termos da Lei n.º 14.133/2021.

11. CLIENTELA ALVO OU PRÉ-REQUISITO

11.1. Defensores Públicos, servidores, assistidos e ao público em geral que fizer uso das unidades da Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul.

12. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

12.1. Nos termos do artigo 104, inciso III e artigo 117 da Lei 14.133/2021 será designado servidor ou comissão responsável pela gestão do contrato e acompanhamento e fiscalização da entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.1.1. O (s) responsável (eis) pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato da Contratante.

12.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

12.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

12.3.1. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

12.3.2. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

12.4. A contratada permitirá e oferecerá condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante a vigência do contrato ou instrumento equivalente, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização.

12.5. A Contratada se obriga a permitir que a auditoria interna da Contratante e/ou auditoria externa por ela indicada tenha acesso a todos os documentos que digam respeito ao Contrato ou instrumento equivalente.

12.6. A Contratante realizará avaliação da qualidade do atendimento, dos resultados concretos dos esforços sugeridos pela Contratada e dos benefícios decorrentes da política de preços por ela praticada.

12.7. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

12.8. A avaliação será considerada pela Contratante para aquilatar a necessidade de solicitar à Contratada que melhore a qualidade dos produtos ofertados, para decidir sobre a conveniência de renovar ou, a qualquer tempo, rescindir o Contrato ou instrumento equivalente, ou ainda, para fornecer, quando solicitado pela Contratada, declarações sobre seu desempenho, a fim de servir de prova de capacitação técnica em licitações públicas.

13. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

13.1. O presente Termo de referência rege-se pelas normas instituídas por meio da Lei Federal n.º 14.133/21 e suas alterações, e na forma e condições fixadas na Legislação Vigente, bem como o disposto na Resolução DPGE Nº 313, de 14 de abril de 2023 e Resolução DPGE n. 315, de abril de 2023.

14. FRAUDE E CORRUPÇÃO

14.1. As licitantes e a contratada devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

14.1.1. Para os propósitos do subitem anterior, definem-se as seguintes práticas:

a) “Prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) “Prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) “Prática conluiada”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) “Prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato; e

e) “Prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; e (si) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

14.1.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inidônea, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.

14.1.3. Considerando os propósitos dos subitens acima, a Contratada concorda

e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

15. DA RESCISÃO CONTRATUAL

15.1. A rescisão contratual poderá ser:

15.1.1 - Determinada por ato unilateral e estrito da Administração, nos casos enumerados no artigo 138 , inciso I e art. 139 da Lei 14.133/2021.

15.1.2. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

15.1.3. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

15.2 - A rescisão acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte da CONTRATANTE, a retenção dos créditos decorrentes do instrumento contratual ou documento equivalente, limitada ao valor dos prejuízos causados, além das sanções previstas neste ajuste, até a completa indenização dos danos.

15.3- O instrumento contratual ou documento equivalente poderá ser denunciado, por qualquer das partes, mediante aviso prévio com antecedência mínima de trinta dias, por meio de correspondência protocolizada.

15.4 - Fica expressamente acordado que, em caso de rescisão, nenhuma remuneração será cabível, a não ser o ressarcimento de despesas autorizadas pela CONTRATANTE, e comprovadamente realizadas pela CONTRATADA, previstas no instrumento contratual ou documento equivalente.

15.5 - Em caso de cisão, incorporação ou fusão da CONTRATADA com outras empresas, caberá à CONTRATANTE decidir pela continuidade do instrumento contratual ou documento equivalente.

15.6 - As partes reconhecem os direitos da administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 138 e 139 da Lei Federal 14.133/2021.

16. GESTORES RESPONSÁVEIS

16.1. Edson Marcelo Caramelo.

16.2. Sara Carelli Medina.

17. CONSIDERAÇÕES FINAIS

17.1. A Nota Fiscal deverá emitida em favor do Fundo Especial para o Aperfeiçoamento e Desenvolvimento das Atividades da Defensoria Pública, CNPJ nº 05.505.050/0001-44, e deverá ser encaminhada à Secretaria de Gestão Administrativa para o devido recebimento e conferência.

18. ANEXOS

18.1. I – ESCLARECIMENTOS PERTINENTES

18.2. II – APÓLICE

I – ESCLARECIMENTOS PERTINENTES

Seguem os esclarecimentos que são recorrentes para a presente contratação:

1- Qual o CNPJ do Segurado?

a. 03.236.066/0001-73

2- O órgão é isento de IOF?

a. Sim

3- Qual o sistema protecional de cada local de risco (exemplo: extintores, hidrantes, vigilância 24h, etc.)

a. Todos possuem extintores e hidrantes e monitoramento de câmera e segurança.

4- Qual a atividade desenvolvida em cada local de risco?

a. Atividade jurídica

5- Favor informar a sinistralidade dos últimos 5 anos, de cada local de risco, especificando o ocorrido, a data e o valor do prejuízo;

a. Não houve sinistro nos últimos 5 anos

6- Favor informar última seguradora, valor pago na última apólice e fim da última vigência;

a. Gente Seguradora - R\$ 6.865,60.

7- Algum dos locais de risco é tombado?

a. Não

8- Há bens ao ar livre em algum dos locais de risco? (Ex.: moinhos, hangares, toldos, marquises, letreiros, anúncios luminosos, painéis, cercas, motores estacionários, geradores e transformadores, etc.)

a. Ha painéis luminosos

9- Algum dos imóveis a ser segurado se encontra atualmente ou será submetido durante a vigência da apólice a algum tipo de obra ou reforma? Em caso positivo, favor especificar em que consiste a obra/reforma e qual o prazo para a sua conclusão;

a. Não

10- Algum dos locais de risco está desocupado/vazio?

a. Não

Paula Elisa Panassolo

Assessora Administrativa

Sara Carelli Medina

Assessora Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **SARA REGINA CARELLI MEDINA, ASSESSOR ADMINISTRATIVO III**, em 15/05/2024, às 17:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **PAULA ELISA CARVALHO GOULART PANASSOLO, ASSESSOR ADMINISTRATIVO III**, em 15/05/2024, às 17:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://bit.ly/3T0MKe9> informando o código verificador **0184897** e o código CRC **E353E510**.